

# Por um Brasil democrático, desenvolvido e soberano

*Que Brasil queremos para o presente e para o futuro? Sem a Petrobrás, sem desenvolvimento industrial, sem empregos decentes, sem democracia?*



Neste ano, temos a oportunidade de definir os rumos do desenvolvimento que queremos para o Brasil. Que seja sustentável, que respeite a vida humana, a floresta, o meio ambiente.

Se queremos um Brasil soberano, e não colônia explorada, precisamos, desde já, de muito unidade. Um Brasil soberano começa muito com a Categoria Petroleira ao defender os seus próprios direitos e a Petrobrás para os brasileiros.

Os “tubarões” petrolíferos estão por trás de

muitas vozes que ouvimos hoje na boca de alguns parlamentares no Congresso Nacional que se voltam contra a Petrobrás, chamando-a de entrave ou problema.

O desafio está colocado: valorizar o nosso voto. Vamos participar do processo eleitoral pensando que queremos que o mundo do trabalho esteja no centro das estratégias de desenvolvimento econômico e socioambiental e que o País não fique, de novo, na lanterninha no pro-

gresso tecnológico, que é o digital.

Da mesma forma, vamos validar um voto que não confunda desenvolvimento com devastação, queima de florestas e de animais ou com ódio e crimes contra os povos originários.

O Brasil que deve sair das próximas eleições deve estar no caminho da superação das desigualdades econômicas e sociais. É reabilitar políticas de proteção social nas áreas de educação, saúde, habitação, transporte e segurança.

## Editorial

Em defesa da vida e das lutas

Página 2

## Campanha Salarial 2022

Sem abrir mão de direitos!

Página 3

## Artigo

Petrobrás para os brasileiros

Página 4

# ABCP em defesa da vida e das lutas!



O crime político bárbaro que ceifou as vidas do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dominic Phillips não está relacionado apenas à situação de conflito em terras amazônicas, mas remete ao projeto de País que anda a passos largos. Eles estavam desaparecidos desde o dia 5 de junho e foram vistos pela última vez na região do Vale do Javari, na Amazônia.

Nos últimos anos se evidencia o quanto a nossa política em torno dos nossos recursos estratégicos e do nosso patrimônio natural vem sendo afrouxada pelo atual governo. Não só na intensificação da desproteção em torno dos povos e das pessoas em condições diversas de vulnerabilidades, mas também no aumento a própria situação de vulnerabilidade e de crimes violentos contra a vida daquelas pessoas que lutam na pauta ambiental e dos direitos humanos.

Quando a Categoria Petroleira defende a Soberania Nacional como uma das justificativas contra a privatização da Petrobrás, nesta defesa estão envolvidas não só a questão energética e a luta contra o imperialismo ganancioso dos países do Norte, mas também a soberania dos povos e a proteção do nosso patrimônio natural.

Para reverter este cenário de horror em que vive o nosso país, será necessário intensificar a organização e a luta de todas as pessoas que são protagonistas nas diversas lutas tão necessárias por um mundo mais justo e com integridade ambiental. A questão amazônica envolve uma questão ambiental planetária. O que está em jogo não é só o tempo presente, mas o futuro dos nossos filhos, netos, o futuro da vida humana na Terra.

O governo ultraliberal de Bolsonaro e Paulo Guedes, representante dos interesses do capital agrário, comer-

cial, industrial e financeiro, com o apoio da grande mídia, ao invés de proteger as pessoas, a fauna e a flora, dá guarida, ao arripio da lei e do processo civilizatório, ao banditismo, ao crime, ao desmatamento, a todo tipo de atrocidade que atenta contra a vida humana, o meio ambiente e os animais.

Nós, da ABCP, temos como mote resguardar a Categoria Petroleira perante as injustiças (punições e demissões) praticadas pela empresa contra quem luta e de forma a minar o movimento sindical. Por isso, precisamos ser intransigentes em defesa da luta, da proteção e da vida daquelas pessoas que lutam em qualquer pauta, seja sindical, social e ambiental.

Todas estas lutas convergem na defesa da vida!

A Diretoria

## Cidadania

# Eleger um Congresso Nacional bom para os brasileiros e o País

Hoje, Câmara e Senado são uma “fábrica” de pesadelo, aprovando projetos contrários aos interesses da sociedade.

Estamos há pouco mais de quatro meses das eleições no País. Vamos eleger Presidente, governadores e parlamentares para o Congresso Nacional (deputados e senadores) e às assembleias legislativas dos estados. A responsabilidade de cada um de nós, hoje, é ainda maior e urgente. Os Legislativos que hoje estão aí, principalmente o Congresso Nacional, praticamente estão de costas para a sociedade brasileira. Os parlamentares apresentam projetos, atuam e votam em total desacordo com os interesses da sociedade, principalmente dos trabalhadores.

**Hoje, a cara do Congresso Nacional é da elite branca nacional e estrangeira, que está preocupada apenas em garantir sua riqueza, sua fortuna e seus lucros, mesmo que para isso tenham de passar por cima dos interesses mais básicos, como o respeito, a vida e a democracia.**

À sociedade sobram os projetos vergonhosos que retiram direitos, pioram as condições de vida de milhões



de brasileiros e brasileiras. Continuamos um país-colônia de exploração das nossas riquezas.

Hoje, temos uma maioria no Congresso Nacional, alinhada ao governo Bolsonaro, que quer destruir e vender a Petrobrás.

**Em 2 de outubro, precisamos eleger um Congresso Nacional com cara do trabalhador, do aposentado, do marginalizado, dos povos originários, dos negros, dos LGBTQIA+.** Um Congresso que represente a construção de um Brasil soberano, democrá-

tico, sem fome, com trabalho digno, saúde, educação e respeito.

Nos últimos anos, o Congresso Nacional votou os piores projetos de flexibilização neoliberal que geraram insegurança e adoecimento para os trabalhadores, aumentaram a informalidade e a precarização e arrocharam a massa salarial. A grave crise que o Brasil está submetido é promovida, incentivada e sustentada por mudanças legislativas operadas com base nas reformas ultraliberais, algumas delas:

- Em 13 de dezembro de 2016 - O

Congresso Nacional encerrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que limitou os gastos públicos à variação da inflação, para as áreas de saúde, educação e outros serviços essenciais à sociedade brasileira.

- Em março de 2017, é promulgada a Lei nº 13.429, com base no Projeto de Lei nº 4.302/1998, oriundo da Câmara dos Deputados, que ampliou a terceirização nos serviços privados e públicos.

- Em junho de 2017, é sancionada a Lei 13.467 que alterou a legislação trabalhista brasileira e o sistema de relações de trabalho, a chamada reforma trabalhista.

- Em novembro de 2019, é promulgada a Emenda Constitucional da reforma da Previdência, no Congresso Nacional. A PEC 6/2019 da Presidência da República foi apresentada ao Congresso em fevereiro e tramitou durante oito meses.

- Em maio de 2021, Congresso Nacional aprova a Medida Provisória 1031/21, de Bolsonaro, de privatização da Eletrobrás.

**Viva a solidariedade, o coletivo e a união!**



# Unidade Petroleira para não perder direitos

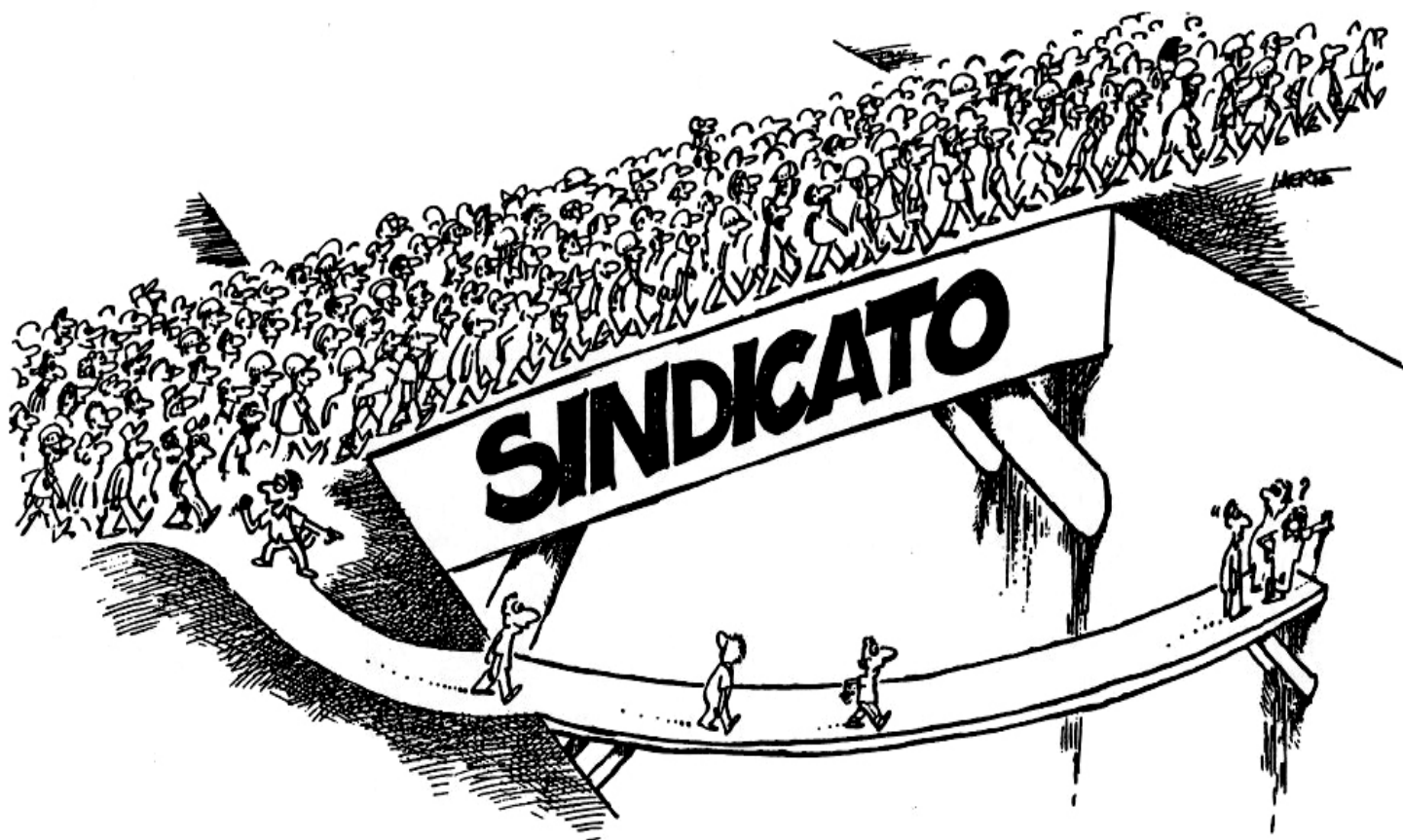
A primeira reunião de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2022 foi realizada em 20 de junho último. A diretoria atual da Petrobrás apresentou proposta que não atende às reivindicações da Categoria Petroleira. Em assembleia já realizada, na nossa base, a proposta patronal foi rejeitada e aprovado o Estado de Greve!

A avaliação das lideranças sindicais que participaram da negociação salarial é de que a proposta da companhia nega até a reposição da inflação do período e aprofunda ataques à AMS (Assistência Médica Supletiva), e também a direitos históricos, como o quinto grupo do Turno Ininterrupto de Revezamento.

É uma proposta salarial vergonhosa frente à inflação e ao preço do gás de cozinha, da gasolina e do diesel que estão dolarizados, em paridade com o mercado internacional. A Petrobrás, em 2021, teve um lucro estratosférico e paga 95% (R \$101 bilhões) de lucros e dividendos aos seus acionistas. Enquanto eles ganham, nós perdemos.

A empresa, em relação à AMS, quer se desvincular totalmente e impõe, de forma autoritária, à Associação Petrobrás de Saúde (APS). Uma entidade para gerir e administrar a nossa assistência médica. Ao mesmo tempo, quer impor o custeio na proposta de 50/50 – patrocinadora e participante. É um imenso retrocesso em relação ao atual ACT e, além disso, a Resolução CGPAR 23 foi derrubada, pelo Congresso Nacional, em 9 de setembro de 2021.

**A Petrobras em 2021 registou enormes lucros líquidos (de R\$ 106,6/US\$ 19,1 bi.) e geração de caixa operacional (R\$ 203,1/US\$ 37,6 bi.).**



## O que está valendo

A cláusula 31, do ACT 2021, estabelece que o custeio de todas as despesas com o Programa de AMS será feito através da participação financeira da Companhia e dos Beneficiários Titulares, nas proporções dos incisos abaixo e nas formas previstas neste Acordo Coletivo de Trabalho:

I. A partir de 01/01/2021 a participação será na proporção de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 40% (quarenta por cento) restantes pelos Beneficiários Titulares.

II. A partir de 01/01/2022 a participação será na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 50% (cinquenta por cento) restantes pelos Beneficiários Titulares.

Parágrafo 1º - A Companhia e as En-

***A Resolução CGPAR 23/2018, derrubada em setembro de 2021, limitava a contribuição de estatais a planos de saúde. O dispositivo suspenso tratava das regras de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados. Entre outros pontos, ela não considerava os progenitores como dependentes e limitava o custeio de planos de assistência a teto sobre a folha de pagamento.***

tidades Sindicais estabelecem que se houver mudança ou revogação da Resolução CGPAR 23, em decorrência de atos ou diplomas regularmente baixados pelos poderes Executivo ou Legislativo, permanecerá a relação 60x40,

até novo ajuste entre as partes.

Acompanhe as últimas notícias da Campanha Salarial 2022 pelos sites [www.sindipetrolp.org.br](http://www.sindipetrolp.org.br) | [www.fnpetroleiros.org.br](http://www.fnpetroleiros.org.br)

**Um mais um é sempre mais que dois!**

# Petrobrás para os brasileiros

Valdir Lopes\*

Por que escondem que a Petrobrás tem capacidade de processar qualquer tipo de petróleo e abastecer, inclusive, o mercado nacional com diesel? Ou que o seu parque de refino está sendo desmantelado, vendendo importantes refinarias, como a de Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), no Ceará; a de Mataripe (Rlam), na Bahia; e a de Manaus (Reman)?

Falar da Petrobrás é estar diante de dois “mundos”. Nos interessa falar do verdadeiro. Desde a sua concepção, na década de 1940, a petrolífera brasileira é atacada, pois um país da periferia do capitalismo não pode pensar em ser autossuficiente energeticamente. Na geopolítica do capital devemos servir e entregar o que é nosso para outros ganharem vultuosos lucros.

As nossas refinarias foram construídas para processar óleo leve e gasolina, o combustível que mais consumíamos. Com o diesel, nosso parque de refino foi reconfigurado.

A Petrobrás nunca deixou faltar combustível petrolífero, seja diesel ou gasolina, porque sempre gerenciou o abastecimento nacional com competência. Adquiriu experiência técnica e gerencial extraordinária neste campo comercial, com escritórios no exterior para assegurar compra e venda no mercado mundial, com abastecimento garantido e vantagens comerciais à companhia e ao povo brasileiro.

Nos anos 2000, descobrimos os imensos volumes de petróleo leve e mediano do pré-sal, riquíssimo em gás natural e mais uma

vez teríamos que manter um gerenciamento integrado do abastecimento nacional. O pré-sal nos dá, com baixo custo, o insumo garantido pelas próximas três ou quatro décadas.

Todavia, a partir de 2016, a Petrobrás foi transformada num fundo de investimento sob controle da NYSE (Bolsa de Nova York, EUA) e abandonou a responsabilidade pelo abastecimento nacional. O mercado interno foi escancarado ao mercado financeiro transnacional – esta é a razão da prática do Preço de Paridade de Importação (PPI) vigente, condição imprescindível para o capital financeiro vir para o setor de óleo e gás brasileiro.

Sem a gestão integrada de abastecimento nacional sobreveio o caos que enfrentamos agora, mesmo com mais de 200 importadores privados de combustíveis. O que confirma que é impraticável e irresponsável a regulação pelo mercado sobre um assunto de segurança nacional e que vai na contramão dos interesses nacionais de um país continental como o Brasil.

O setor de óleo e gás brasileiro – com as imensas reservas do pré-sal, descobertas em razão da competência técnica e tecnológica da Petrobrás, da universidade brasileira e com dinheiro do povo brasileiro – transformou-se, hoje, num conjunto de empresas saqueadoras das riquezas do País.

Vendemos e desorganizamos o nosso patrimônio para ficar nas mãos das estrangeiras? Para comprar diesel e outros combustíveis de refinarias dos Estados Unidos, da Índia, dos Emirados Árabes?

Quem vende a Petrobrás, vende a soberania do Brasil e o povo brasileiro!

## Estado de alerta



• **A PETROBRÁS** anunciou, no dia 27/6, o reinício dos processos de venda da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, bem como os ativos logísticos integrados a essas refinarias. Para as três refinarias, a estatal contratou o Citigroup Global Markets Assessoria.

• **O PLANO** de desmonte do nosso parque de refino já atingiu, com a venda integral, a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná; a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia; a Refinaria Isaac Sabbá (Reman), em Manaus; e a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará. (Nota atualizada em 6/7/22).

• **DESDE OUTUBRO** de 2016, as direções da Petrobrás decidiram adotar a política dos Preços Paritários de Importação (PPI). Com isso, definem os preços nas refinarias da Petrobrás como se os combustíveis tivessem sido importados.

• **ENTRE JANEIRO** de 2019 e junho de 2022, o diesel nas refinarias subiu 203,%, a gasolina, 169,1% e o GLP 119,1%, segundo dados elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/seção FUP), com base em levantamentos da Petrobrás. Enquanto isso, o salário-mínimo aumentou 21,4% no período. Já a inflação, medida pelo IPCA/IBGE, acumulou 25,7% nos mesmos meses.

• **A FNP ALERTA** para a operação privatista de Bolsonaro no Pré-Sal poderá aumentar ainda mais os preços dos combustíveis no Brasil. O governo pretende antecipar a venda de toda a participação da União em áreas ainda não licitadas no Pré-Sal ao valor de R\$ 398 bilhões, quantia muito abaixo à praticada no mercado e sem a participação das empresas públicas nacionais.

\*Petroleiro aposentado do Terminal da Alemoa da Petrobrás

### Expediente ABCP Informativo

Publicação de responsabilidade da Diretoria da Associação Benfícica e Cultural dos Petroleiros (ABCP). Ano VIII. Edição: Nº 36. JUNHO/2022. **Textos jornalísticos e edição:** Rosângela Ribeiro Gil. **Diagramação:** Pedro Henrique Ferreira Fonseca. **Sede:** Avenida Conselheiro Nébias, 248, Vila Nova – Santos – SP – CEP 11.015-902. Telefones: (13) 3202 1100 | (13) 99685-9153. **E-mail:** abcppetroleiros@sindipetrosantos.com.br. **Site:** www.abcppetroleiros.com.br. **Tiragem:** 5.000 exemplares. **Impressão:** Gráfica Diário do Litoral.

**Filie-se ao Sindicato e tenha garantia na hora da luta.**

